

GOVERNO QUER DESMONTAR BANCOS PÚBLICOS

Objetivo é favorecer bancos privados

O governo ilegítimo, que se instalou em 2016, tem o firme propósito de desmontar os bancos públicos e abrir espaço para o crescimento dos bancos privados.

As medidas que vem adotando não deixam dúvidas. Fechamento de agências e eliminação de postos de trabalho no Banco do Brasil, redução drástica do financiamento imobiliário na Caixa, retira mais de R\$ 100 bilhões de recursos do BNDES. O governo vende a ilusão da retomada do crescimento, mas elimina seus principais instrumentos de concessão de crédito, fundamentais para aquecer a economia.

SÃO ESTES PODEROSOS INSTRUMENTOS QUE O GOVERNO QUER DESTRUIR:

- › O Banco do Brasil, junto com o Banco do Nordeste, é responsável por 70% dos créditos à agricultura familiar, que gera 12 milhões de empregos e produz 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros;
- › A Caixa é responsável por mais de 75% dos financiamentos imobiliários e poderia eliminar o déficit de 5,3 milhões de moradias;
- › O BNDES financiava a construção de estradas, aeroportos, trens, metrô, saneamento e infraestrutura. Temer parou tudo. Milhões de trabalhadores foram demitidos.



O desmonte do BB e dos direitos dos funcionários

O fechamento de unidades e a queda no número de funcionários prejudicam os trabalhadores e rebaixa a qualidade do atendimento. A direção do BB, comandada por Cafarelli, escolheu 2017 como “o ano do atendimento” mas produziu resultado oposto: o banco passou a liderar o ranking de reclamações do Banco Central (Bacen). Evidente que se trata de problema de gestão do banco, da falta de funcionários e da falta de visão estratégica, que persegue o corte de custos em detrimento do potencial socioeconômico do BB, da atenção aos clientes e dos funcionários.

Segundo Antonio Sabóia, secretário de Bancos Federais da Federação dos Bancários da CUT de São Paulo (FETEC-CUT/SP), a instituição e o governo discursam que as me-

didias são técnicas e inevitáveis. Na realidade, trata-se de uma visão política e ideológica tacanha do governo, que desvaloriza a função dos bancos públicos na sociedade. É um retorno às medidas dos anos 1990, quando bancos públicos estaduais foram privatizados, enquanto BB e CEF congelaram os salários e limitaram suas funções econômicas e sociais, em benefício da concentração e crescimento do capital bancário privado.

“Os ataques aos funcionários estão apenas começando e são parte da estratégia do governo e da direção do banco de desmontar esta empresa de mais de 200 anos e facilitar a sua privatização. É hora de resistir e defender os bancos públicos. Vamos juntos nesta luta”, conclui Antonio Sabóia.

REESTRUTURAÇÃO SOBRECARRREGA FUNCIONÁRIOS

As condições de trabalho dentro do Banco do Brasil pioraram significativamente. A situação se agravou em razão do desligamento de mais de 10 mil funcionários, do fechamento de 551 agências e da transformação de 359 em postos de atendimento. A sobrecarga de trabalho é grande: no primeiro trimestre de 2016, cada funcionário de agência cuidava em média de 439 contas correntes e hoje atende 554.

Mais de 2100 colegas perderam as suas comissões e outros 1600 tiveram seu salário reduzido por assumirem outras funções. O banco se recusa a prorrogar a Vantagem de Caráter Pessoal (VCP) destes quase 4 mil funcionários. A política de metas inatingíveis acentua

o quadro no BB, pois baseia-se na imposição e na pressão. O novo modelo de Gestão de Desempenho Profissional (GDP) – vinculada ao programa Conexão – reforça a cobrança de resultados de forma individual, de caráter punitivo.

Esse cenário impõe uma rotina de pressão, intensidade do trabalho e preocupação com a carreira e o futuro na empresa. “Precisamos enfrentar essa precarização, do trabalho e do banco, e para isso é fundamental a constante mobilização dos funcionários contra o desmonte do BB e a retirada de direitos”, orienta Rodrigo Leite, dirigente da Federação dos Bancários da CUT de São Paulo (FETEC-CUT/SP) e funcionário do BB.



Negociação: banco continua intransigente

No dia primeiro de junho, a Comissão de Empresa levou ao BB em mesa de negociação as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos os funcionários e apresentou suas reivindicações para proteger os funcionários dos impactos negativos da reestruturação.

Os sindicalistas exigiram a revisão da dotação das agências que assumiram as contas de dependências fechadas e a prorrogação do VCP para os funcionários que perderam sua comissão ou assumiram função com salário menor, até que sejam realocados no mesmo cargo. Aparentaram que é preciso corrigir a situação destes milhares de colegas que não estão pontu-

ando na carreira de Mérito, porque estão como escriturários. Reivindicaram a continuidade das horas extras para quem aderiu à comissão de 6 horas e a efetivação, como caixa, de muitos escriturários que estão substituindo há mais de um ano e continuam como escriturários, prejudicando sua pontuação.

O banco negou a continuidade da prorrogação do VCP, mas a Comissão de Empresa continuará pressionando. O banco informou que aos funcionários das agências reestruturadas continuará garantida a concorrência pelo TAO Especial, tendo prioridade na realocação.

O BB também informou que 600 caixas que exerciam a função

há mais de 90 dias foram efetivados em todo o Brasil. A Comissão de Empresa continuará cobrando a solução para todos.

Depois de mobilização e pressão realizada pelos sindicatos, o banco começou um projeto piloto em São Paulo, para rever a dotação de agências que receberam clientes de agências reestruturadas. Na agência Vila Carrão (SP) já aumentou a dotação em 2 gerências médias e caixas. As GEPES farão reuniões nas agências. “É preciso que os colegas das agências envolvidas avisem os sindicatos para que acompanhem e pressionem o banco a aumentar o quadro de funcionários”, conclui Rodrigo Leite.